



MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS DEMANDAS DO TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES DO AEE: EM BUSCA DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS INCLUSIVAS

Ana Caroline dos Santos ¹
Juliana Souza da Fonseca ²
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo ³

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Práticas pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial

RESUMO: O presente trabalho apresenta resultados de projetos de pesquisa e intervenção metodológica-PAPIM/UNIFESSPA, iniciados em 2017 estendendo-se a 2019. No primeiro momento de execução da proposta identificou-se demandas dos professores do atendimento educacional especializado e professores do ensino comum sobre os desafios que enfrentavam em suas práticas pedagógica, quanto a disponibilidade e produção de material didático-pedagógico acessível e intervenções metodológicas inovadoras com vistas a contribuir com a escolarização de alunos com deficiência visual, surdez, paralisia cerebral, deficiência intelectual e transtorno de espectro autista na Educação Básica. Com a identificação das demandas, esta subsidiou planejamento colaborativo de espaços de formações sobre diferentes perfis de deficiências e propostas de matérias didáticos-acessíveis. Este estudo, orienta-se metodologicamente, fundamentado nos pressupostos de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo dos dados, no qual se fez análises de

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). Bolsista PAPIM – Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica. Agência financiadora: PROEG. E-mail: anacarolineaires03@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/Unifesspa). Bolsista PAPIM – Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica. Agência financiadora: PROEG. E-mail: fonsecaj324@gmail.com.

³ Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Acadêmica da UNIFESSPA. E-mail: luceliaccr14@gmail.com.

questionários para a finalidade de mapeamentos dos materiais disponíveis nas instituições parceiras juntamente com as professoras do atendimento educacional especializado e do ensino comum. O mapeamento foi desenvolvido em quatro Salas de Recursos multifuncionais, contando com a colaboração de seis professoras do AEE e quatro professores do ensino comum.

Palavras-Chave: Demandas do trabalho pedagógico. Atendimento educacional especializado. Materiais didático-pedagógicos acessíveis. Inclusão Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é resultado do projeto de ensino e pesquisa realizado no município de Marabá, através dos dados coletados no projeto de pesquisa intitulado: Laboratório interdisciplinar de produção de materiais didático-pedagógico acessíveis e o uso de tecnologias assistivas com alunos com deficiências da Educação Básica PAPIM/UNIFESSPA.

O cerne principal do trabalho é avaliar e analisar as demandas existentes encontradas em quatro escolas da rede municipal de ensino, em conjunto com as professoras do AEE – Atendimento Educacional Especializado, analisando o processo de produções de materiais didático-pedagógicos para os alunos com as deficiências alvo do projeto, a partir das demandas existente na unidade escolar.

Segundo a explica Rabelo (2014, p. 3) sobre a matrícula dos alunos no ensino regular:

Fica instituída a matrícula preferencial no ensino regular, com frequência do aluno no ensino comum em um turno, e no outro inverso, frequenta a sala de recursos multifuncionais, onde receberá o atendimento educacional especializado que funciona para: [...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa

e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

A Constituição Federal de 1988, no capítulo III, Art. 205 prevê a educação como direito de todos e o Art. 208, inciso III, assegura atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1988). Os preceitos constitucionais determinam que o público alvo da educação especial deve ter seus direitos efetivados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, afiança também a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e em todas as atividades de seu contexto (BRASIL, 1996, p.44):

[...] delega aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar uma educação que atenda às necessidades especiais do educando – “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, professores com formações na área da educação especial e inclusiva”.

Nosso escopo também é dar ênfase a descrição de uma das linhas de ações, que é a garantia de condições de oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos com deficiência no sistema de ensino regular como prevê a Declaração de Salamanca promulgada em 1994 (BRASIL, 1994, p. 3): “[...] deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”.

A escolarização dos alunos público alvo da educação especial, requer condições de acessibilidade para atender as necessidades educacionais específicas. O atendimento educacional especializado, é o serviço em educação especial, ofertado pelo professor da sala de recursos multifuncional que conforme o Manual de orientação: Programa de implementação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010, p. 6):

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social.

O estudo aqui descrito, analisou as demandas oriundas do trabalho pedagógico do professor da sala de recurso multifuncional na oferta do atendimento educacional especializado, especificamente no que concerne ao material didático-pedagógico e equipamentos de que dispõem com vistas a garantir condições de acessibilidade para os alunos aprenderem e se escolarizarem no ensino comum, com a rede de suportes do AEE.

Para desenvolver o trabalho pedagógico nas salas de recursos multifuncional, é necessário um conjunto de condições materiais e de recursos para viabilizar o apoio especializado aos diferentes perfis de alunos com deficiência.

Para nortear nossa análise, questionamos: Quais as demandas oriundas do trabalho pedagógico do professor de sala de recursos multifuncional quanto a utilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis e recursos de suporte ao processo de escolarização de alunos com deficiência?

OBJETIVO

Identificar as demandas oriundas do trabalho pedagógico do professor de sala de recurso multifuncional para organização, utilização e disponibilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis e recursos que possam viabilizar o processo de escolarização de alunos público alvo da educação especial.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo alicerça-se na abordagem qualitativa de pesquisa, pois de acordo com (MINAYO, 2013):

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes[...]o universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa dificilmente pode ser traduzida em números e indicadores quantitativos.

Esta pesquisa se desenvolveu dentro das atividades de dois projetos “Laboratório interdisciplinar de Produção de materiais didático-pedagógicos acessíveis e o uso de tecnologias assistivas com alunos com deficiência da Educação Básica”⁴ e do Projeto de pesquisa: “Demandas do atendimento educacional especializado e colaboração no apoio a inclusão escolar”⁵.

Para a realização da pesquisa sucederam-se aplicações de questionários em 04 (quatro) escolas da rede pública do ensino fundamental do município de Marabá-PA, para coleta de dados sobre a escola, outro questionário sobre o perfil dos professores, protocolo de levantamento de informações sobre os recursos, material pedagógico e equipamentos existentes nas salas de recursos multifuncionais e questionário de demandas de materiais didático-pedagógico para apoiar a inclusão escolar, aplicou-se fichas com 3 (três) alunos com as deficiências das escolas participantes, enfocando suas demandas e perfis do alunado. A pesquisa foi iniciada em abril de 2017 finalizando no mês de dezembro de 2018.

A primeira etapa do estudo envolveu o contato com os colaboradores da pesquisa, para fins de apresentação dos projetos articulados de ensino e pesquisa, assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e autorização para a realização das atividades do estudo.

A coleta de dados foi realizada com aplicação de questionários e protocolos, posteriormente, foram realizadas sessões de observação em sala de aula e por fim um registro em ficha sobre alunos com deficiência, indicados pelas professoras participantes do estudo como casos que necessitavam de colaboração.

A identidade dos participantes será mantida em sigilo e substituída por nomes fictícios por motivos éticos e total prevenção dos referidos. A destacarmos que aprovação deste trabalho é um procedimento ético. A pesquisa está sendo realizada através de visitas nas salas do AEE, tendo contato direto com o ambiente, com as professoras e com os alunos ali atendidos.

⁴ PAPIM – Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica/Unifesspa – 2017.

⁵ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – FAPESPA/UNIFESSPA – 2017/2018.

Esse levantamento para análises e descrição como relato de experiência foi realizada e dividida até o dado momento em 2 (duas) Etapas: Etapa 1: Mapeamento das Demandas dos alunos, Etapa 2: Avaliação do mapeamento das demandas de alunos do AEE.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender que demandas se emergem do trabalho pedagógico do professor de sala de recursos multifuncional quanto a utilização de materiais didático-pedagógicos acessíveis e recursos de suporte ao processo de escolarização de alunos com deficiência, organizou-se os dados coletados em eixos temáticos, que orientam a apresentação dos resultados

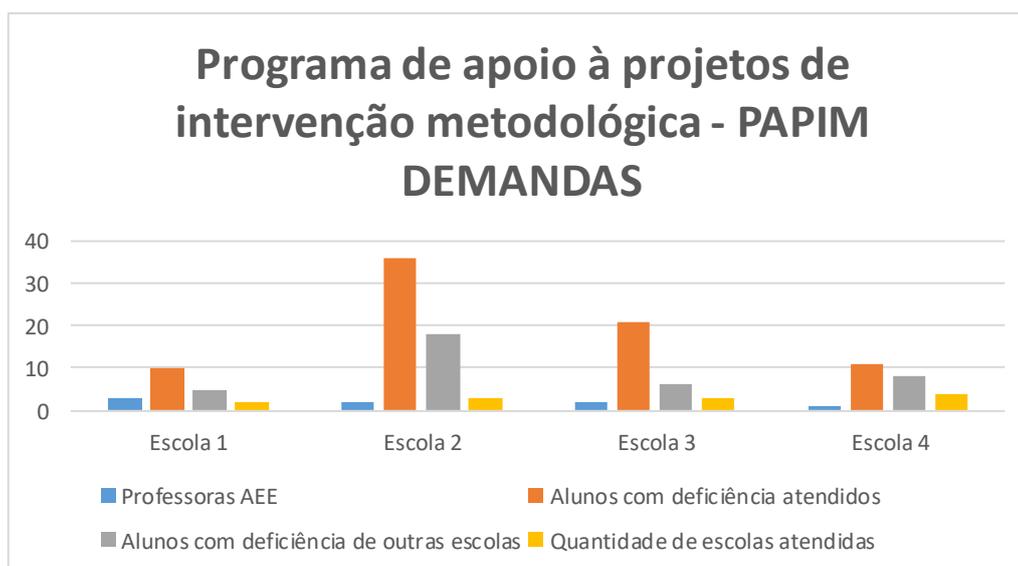
a) Mapeamento das Demandas dos alunos

Ao mapearmos as demandas das 04 (quatro) escolar visitadas, podemos perceber e entender o quão é dissociável a Sala de Recursos Multifuncionais com as Salas comuns das instituições que foram contempladas.

De acordo com a Declaração de Salamanca sobre a escola inclusiva e de sua funcionalidade como um requisito de oferecer aos alunos com necessidades educativas especiais uma educação de qualidade se há um embate na perspectiva de não se ter as oportunidades de assegurar essa educação. Como nos diz Bueno (1999, p. 10):

A perspectiva apontada pela Declaração de Salamanca de indicar enfaticamente a escola inclusiva – mas, ao mesmo tempo reconhecer que está só se efetivará com o aprimoramento, de fato, dos sistemas de ensino, sem o que há risco de não se oferecer oportunidades efetivas de aprendizagem e de considerar que possam existir “fortes razões” que impeçam a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no Ensino regular – oferecer oportunidade para as mais diferentes posições.

Com base nessa perspectiva assegurada em documentos legais como Política Nacional de Educação Especial (2008) procuramos identificar as demandas existentes do público alvo em que a escola tem ofertado o atendimento educacional especializado, através dos questionários que foram utilizados na pesquisa, sistematizamos através do gráfico a seguir:



Especificando quais as deficiências dos alunos atendidos pelas escolas, temos: Escola 1: Transtorno do Espectro Autista; Deficiência Intelectual; Paralisia Cerebral; Escola 2: Deficiência Intelectual; Deficiência auditiva; Deficiência Múltipla; Escola 3: Deficiência Intelectual; Deficiência Física; Transtorno do Espectro Autista; TDAH; Escola 4: Deficiência Intelectual; Deficiência Física; Paralisia cerebral; Surdez; Transtorno do Espectro Autista. Todas as salas de recursos multifuncional eram do Tipo 1.

Podemos analisar que havia demandas diferentes entre a escola 1 (um) e as demais por se tratar apenas de escola de 1º ao 5º ano. E que não atende muitos alunos de demais escolas. A escola 2 (dois) possui o maior número de alunos pois estão inseridos alunos do 1º ao 9º ano, e atende alunos de outras escolas da rede de ensino.

Com os dados deste levantamento, podemos observar que o maior atendimento nas salas de recursos pesquisadas é de alunos com deficiência intelectual. Com base nas 3 fichas com exceção da escola 04 (quatro), a qual aplicamos apenas 2 fichas de que levantamos dados para saber o perfil de alunos que serão ajudados com os materiais produzidos nos projetos, as professoras procuraram inserir alunos de diferentes deficiências afim de obter mais conhecimento sobre a produção de materiais, identificamos que a maioria das famílias dos alunos são bem frequentes na escola, com exceção da escola 2 que tem enfrentado problemas com a família e com os docentes da unidade escolar.

b) Proposições a partir das demandas identificadas

Mediante o mapeamento das demandas para a produção de materiais didático-pedagógicos acessíveis podemos observar que as salas de recursos pesquisadas se encontram em bom estado e possuem uma boa estrutura física. Em relação à sala de recurso e seus materiais para o auxílio dos alunos (BRASIL, 2008, 2009; MACEDO et al., 2011) referenciado por Mendes (et al 2011, p. 258):

A sala de recursos multifuncionais se caracteriza como um serviço especializado de natureza pedagógica com o auxílio de materiais específicos e equipamentos tecnológicos, que apoiam e complementam o atendimento educacional realizado nas classes de ensino regular, mediante a necessidade do cumprimento do estabelecido nos documentos oficiais para a educação. Esse atendimento, segundo a resolução, deverá ser paralelo ao horário da classe comum em que o aluno estiver “incluído”. No entanto o AEE não pode ser confundido com reforço escolar, mas deve constituir-se como um conjunto de procedimentos específicos mediadores e auxiliares do processo de apropriação, construção e produção de conhecimentos (BRASIL, 2008, 2009; MACEDO et al., 2011).

As professoras do atendimento educacional especializado possuem especializações na área de educação especial, as mesmas têm procurado participar de eventos e congressos na busca de novas estratégias pedagógicas para aprimoramento e aperfeiçoamento de suas práticas pedagógicas, e desta forma conseguir atender a demandas existentes. Dentro dessa mesma perspectiva, Macedo (2011) ainda nos diz que:

[...] temos os novos arautos da Educação Especial, os que advogam a inclusão de toda e qualquer criança na escola regular, sem levar em consideração que a implementação dessa escola demanda o estabelecimento de políticas de aprimoramento dos sistemas de ensino, sem as quais não se garante um processo de escolarização de qualidade.

Ao fazermos o diálogo com as professoras do atendimento educacional observamos e destacamos duas problemáticas decorrentes nas falas das professoras que foram: - A falta de recursos financeiros que a secretaria de educação não tem fornecido na cidade alegando corte de gastos. - Dificuldade dos professores do ensino comum e AEE de se pensar materiais através das demandas existentes que venham suprir as necessidades educacionais do aluno.

Os materiais didáticos pedagógicos são uma ótima ferramenta de trabalho quando elaborado e utilizado com base nos perfis dos alunos, devido ao seu alto custo na produção desses materiais dificulta o trabalho à medida que precisa de mais materiais para atender a demanda de alunos, porém as professoras têm buscado superar essas dificuldades, produzindo materiais alternativos e de baixo custo. O que se percebe é que se faz necessário uma interação em favor dos alunos com necessidades especiais sobre uma melhor prática do processo de escolarização desses alunos, pois se não houver comunicação com os agentes atuantes nessa situação que são os professores tanto das SRMs quanto das salas comuns, realmente não tem como fluir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao identificarmos demandas do trabalho pedagógico das professoras e das escolas participantes do projeto, é possível analisar em conjunto essas demandas e construir propostas de intervenções com o protagonismo das professoras.

Ao reconhecermos as problemáticas próprias do sistema de ensino brasileiro: falta de recursos financeiros para investimento em melhores condições de trabalho; falta de uma política que possibilite o trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e sala de AEE; planejamento e desenvolver metodologias

e materiais didáticos que inovem o ensino, ou seja, garanta condições para todos os alunos aprenderem, inclusive o que requerem condições específicas com os alunos público alvo da educação especial é possível pensar alternativas de colaboração e parcerias Universidade-escolas.

Um dos papéis centrais das universidades é a produção científica, desenvolvimento de tecnologias que melhor contribuam com a qualidade do ensino na educação básica.

Com este estudo, ficou notório, que há um empenho de professores que buscam aprimorar a sua prática pedagógica apesar dos desafios que se interpõem, a construção de uma proposta de cursos de aperfeiçoamentos indicado como demandas a superar lacunas compreensivas, na formação e para a prática de inovação no ensino que garanta uma escolarização de qualidade para os alunos com necessidades educacionais especiais, que possibilita ao profissional o entendimento de seu papel dentro desse processo.

Podemos entender que a formação das redes de saberes capazes de lidar com o espaço de atendimento educacional especializado e com a dinâmica escolar inclusiva precisa considerar que serão necessários diferentes perfis de professores atuantes dentro desse processo. E esse pensamento se respalda nas necessidades educacionais que cada aluno, que poderão exigir ações diversas como, o domínio de Libras, de Braille, de técnicas de ensino ou de elaboração de materiais didático-pedagógicos acessíveis, ou seja, deve-se pensar em qual educação se quer oferecer, pensando-se em uma educação de qualidade e baseada na inclusão de todos, para que se possa existir uma educação ética e comprometida com todas as causas que envolvam uma educação emancipadora (BRAUN, VIANNA. 2011).

Nessa perspectiva, vale ressaltar que as políticas públicas de investimento e diretrizes de implementação de uma educação inclusiva não é bem vista pelos educadores, sofrendo duras críticas neste sentido, Libâneo et al (2012) evidenciam que por trás de políticas de inclusão, no que consiste aspectos econômicos e financeiros, estejam ali políticos transformando movimentos sociais e defensores

legítimos dessas políticas em justificativas para o corte de gastos de programas sociais.

Segundo Libâneo e outros autores (2012, p. 269) a respeito da formação de professores:

[...] não houve preocupação de capacitar os professores antes de tão importante definição, como também não se adequou a escola – nem mesmo em relação a mudanças organizacionais e a instalações físicas e equipamentos – para receber tais alunos.

Libâneo et al (2012, p. 369-370) pontuam acerca do atendimento educacional especializado nas escolas públicas do Brasil e suas reais condições:

[...] sendo notória a precariedade de grande parte das escolas públicas, até mesmo no caso das crianças sem deficiência, em relação a instalações físicas, equipamentos, organização curricular e pedagógica e formação profissional dos professores, o que dizer do atendimento aos alunos com necessidades especiais? Alguns educadores entendem que fechar os olhos a essa falta de condições físicas e pedagógicas e insistir em seguir ao pé da letra a Declaração de Salamanca pode representar descaso com a real situação das escolas, dos alunos e de seus professores e até contribuir para dupla exclusão escolar, as crianças com deficiência e das crianças sem deficiência.

A educação especial, como uma questão política, pedagógica, cultural e social, tem a necessidade de ser repensada sob o prisma de uma política realista de atendimento às pessoas com necessidades educacional especiais, levando sempre em consideração as especificidades das necessidades aparentes dos mesmos, dando maior atenção conforme o caso, as condições para atendimento em instituições especializadas, com o intuito de superar as desigualdades de acesso à escola e de sua permanência nela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial. Disponível em: <www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988.../CON1988.pdf>. Acesso em: 06 out. de 2018.

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2018.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncional e Plano de Ensino Individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. **Educação especial e inclusão escolar**. RJ: Ed. UFFRJ, 2011.

BUENO, José Geraldo. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista brasileira de educação especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos et al. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 10. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2012

MENDES, Geovana; PLETSH, Denise; SILVA, Fabiany. Atendimento Educacional Especializado: Por Entre Políticas, Práticas e Currículo – Um Espaço Tempo de Inclusão? **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 3, p. 255-265, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social. Teoria Método e Criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RABELO, Lucélia et al. **O Atendimento Educacional Especializado no Município de Marabá Sob o Olhar Das Professoras das SRMS**. CBEE, 2014.

TURCHILLO, Priscila; SILVA, Sandra Suzana; GUARESCHI, Taís. Atendimento Educacional Especializado (AEE). In: SOBRENOME, SILUK, Ana Cláudia et al. **Atendimento Educacional Especializado: Contribuições para a Prática**